

# 6

## PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS E IMAGEM DA POLÍCIA: QUAL É O PROPÓSITO DO PROERD?<sup>1</sup>

Tânia Pinc<sup>2</sup>  
Patrícia Nogueira Pröglhöf<sup>3</sup>  
Caio Valiengo Becsi<sup>4</sup>

### RESUMO

O artigo apresenta análise sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, no Brasil, com ênfase em seu objetivo e levando em conta a percepção dos atores-chave: família, escola e polícia militar. Os resultados da pesquisa sugerem que o Proerd, como política de prevenção ao uso de drogas, pode não estar beneficiando os alunos no sentido de os manterem longe das drogas, mas tem atendido aos interesses dos diversos públicos envolvidos no programa.

**Palavras-chave:** Proerd. Drogas. Polícia militar. Burocrata do nível de rua.

### ABSTRACT

The paper presents analysis of the implementation of the Drug Abuse Resistance Education Program – DARE in Brazil (Proerd in Portuguese), with emphasis on its goal and taking into account the perception of key actors: family, school and military police. The results of this research suggest that the Proerd, as a prevention policy, may not be benefiting the students in order to keep them away from drugs, but meets the interests of the various stakeholders involved in the program.

**Keywords:** Proerd. Drugs. Military police. Street level bureaucrat.

<sup>1</sup> Este artigo é derivado de pesquisa referente à área temática A.3. Diagnóstico do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, realizada pelo Centro de Estudos em Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas (CEAPG/FGV), no âmbito do Projeto BRA/04/029: Pensando a Segurança, implementado e financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ) em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A pesquisa foi coordenada pelo Prof. Dr. Francisco Fonseca e a equipe de pesquisadores composta por Tânia Pinc, Patrícia de O. Nogueira Pröglhöf, Caio Valiengo Becsi, Cláudio Dantas Monteiro, Juliana Gomes de Souza e Clara Etienne e Silva Areguy. O presente artigo foi revisado pelo Prof. Dr. Francisco Fonseca.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política – Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Mestranda em Administração Pública e Governo – Fundação Getúlio Vargas.

<sup>4</sup> Mestrando em Administração Pública e Governo – Fundação Getúlio Vargas.

# 1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a implementação do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) por policiais militares em escolas das redes pública e privada de ensino, com ênfase no objetivo do programa e levando em conta a percepção de membros da Polícia Militar (PM), da escola e da família.

O Proerd é a versão brasileira do programa estadunidense Drug Abuse Resistance Education Program (DARE), criado em 1983 por Daryl Gates, chefe do departamento de polícia de Los Angeles. Atualmente, é o programa de prevenção ao uso de drogas mais popular dos Estados Unidos, implementado em mais de 70% dos distritos escolares – e presente em outros 49 países do mundo. As principais características do programa são a) a metodologia, desenvolvida por especialistas; e b) o professor, que é um policial uniformizado. A coordenação, dentro e fora dos Estados Unidos, é feita pelo DARE America, uma organização não governamental que mantém os direitos autorais do programa<sup>5</sup>.

No Brasil, o DARE, traduzido como Proerd, foi introduzido inicialmente no Rio de Janeiro pela PM, em 1992. No ano seguinte, foi difundido para o estado de São Paulo e atualmente é desenvolvido pelas polícias militares das 27 unidades federativas (UF). A coordenação é centralizada no Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG-PM/CBM).

Do ponto de vista da política pública, as ações desenvolvidas no nível estadual de governo são formuladas pelo DARE America; adaptadas para a realidade brasileira e gerenciadas pelas polícias militares; e implementadas pelo policial professor, que na maior parte das vezes é um PM de mais baixa patente.

Em sua origem (DARE), essa política é formulada com vistas a ensinar habilidades que ajudem crianças e adolescentes a evitar o envolvimento com drogas. Contudo, evidências indicam que existe um propósito adicional perseguido no Brasil: a aproximação entre a polícia e o público<sup>6</sup> e a consequente melhora na imagem da instituição.

Como será apresentado ao longo do artigo, os resultados dessa pesquisa indicam que membros da escola e da família têm elevada aceitação ao programa. Da mesma forma, os policiais militares que trabalham como coordenadores e instrutores Proerd<sup>7</sup> apresentam satisfação elevada nas tarefas que desempenham. Por um lado, é pouco comum o público em geral avaliar tão bem a Polícia Militar<sup>8</sup>. Por outro, é raro encontrar entre os policiais níveis tão altos de satisfação com o trabalho<sup>9</sup>.

Indaga-se assim: como o desempenho de uma organização policial pode ser tão bem avaliado pelo trabalho em um ambiente como a sala de aula, que é tão díspar do cenário principal do policiamento (a rua)? Por que esse profissional encontra elevada satisfação no papel híbrido de policial professor desempenhado no contexto escolar?

<sup>5</sup> As informações sobre o Programa DARE foram coletadas da home page do programa, indicada nas referências bibliográficas.

<sup>6</sup> A atitude do aluno em relação à polícia é um dos indicadores empregados para avaliar o programa nos estudos sobre o DARE; contudo, essa relação não representa o foco central do programa.

<sup>7</sup> Instrutor Proerd é o policial militar que ministra as aulas do programa aos alunos, que neste artigo será tratado como policial professor.

<sup>8</sup> Sobre o tema da avaliação do trabalho policial pela população, destacamos o Índice de Confiança na Justiça (FBSP, 2014), pesquisa de abrangência nacional feita pela Fundação Getúlio Vargas que, entre outros elementos, mensura o grau de satisfação da população com os serviços prestados pelas instituições policiais. No mais recente relatório publicado (Ano 5), 62% dos entrevistados que afirmaram já ter acionado as polícias revelam-se um pouco ou muito insatisfeitos com a resposta oferecida pela autoridade policial para o caso reportado.

<sup>9</sup> Sobre o tema da satisfação dos policiais com seu próprio trabalho, destacamos a pesquisa “Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da Segurança Pública” (FBSP & CPJA, 2014), também de abrangência nacional, segundo a qual – em um universo de 21.101 respondentes policiais – 38,7% afirmam que, se pudessem escolher, não optariam novamente pela carreira.

A hipótese central desta pesquisa sustenta que o Proerd atende aos interesses dos atores envolvidos – membros da escola, família e polícia; entretanto, não é possível afirmar que tais interesses estão alinhados ao propósito da política. A ausência de avaliações de impacto que medem o sucesso/fracasso do programa na prevenção ao uso de drogas não permite inferir que o principal público alvo do programa, os alunos, estão sendo beneficiados.

Esta pesquisa não testa hipóteses, mas reúne evidências entre os dados coletados para promover o debate sobre o processo de implementação do Proerd, em contraste com os objetivos formulados pela política, enfatizando o papel do policial professor como burocrata do nível de rua.

A metodologia da pesquisa que motivou o presente artigo empregou diferentes métodos e técnicas de coleta de dados quantitativos e qualitativos junto aos três públicos envolvidos no Proerd: polícia, escola e família. A pesquisa foi desenhada para reunir dados sobre gestores e operadores da política, em nível nacional. Além disso, estuda a política no nível local por meio de três casos: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Natal (RN), onde aprofundamos a coleta de dados com os três públicos.

Este artigo está organizado em oito seções, além da introdução e das considerações finais. A segunda descreve aspectos do DARE e apresenta resultados de alguns estudos de avaliação de seu impacto na prevenção ao uso de drogas pelos alunos. Na terceira seção apresentamos a adaptação brasileira – o Proerd – e uma breve revisão bibliográfica sobre o programa. A seção seguinte traz o debate sobre o burocrata do nível de rua no ambiente da rua e da sala de aula, bem como as peculiaridades decorrentes dessa atividade. Os aspectos metodológicos e os resultados encontrados são apresentados na quinta e sexta seções, respectivamente. Por fim, discutimos seus resultados na sétima seção. Algumas recomendações são apresentadas nas considerações finais.

## 2 DARE: O QUE SABEMOS

O DARE é um programa de prevenção ao uso de drogas criado em 1983, no contexto político norte-americano de “guerra às drogas” (“*war on drugs*”), tendo a repressão como principal recurso para controlar o problema. Embora voltar o foco para a prevenção tenha sido uma iniciativa inovadora da polícia de Los Angeles, o programa manteve a perspectiva proibicionista no tratamento da questão. Ensinar o aluno a dizer “não” às drogas é uma das principais tarefas do policial professor.

O DARE America afirma que o programa foi desenvolvido e vem sendo atualizado por um conjunto de especialistas, até mesmo como forma de justificar o controle de alterações que os países em que ele foi difundido pretendam promover. Embora novas versões do modelo tenham sido produzidas ao longo das três décadas do programa, a perspectiva da proibição ao uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas se mantém. Nem mesmo as mudanças ocorridas nos últimos anos na política de drogas de alguns estados norte-americanos, que minimizam o caráter repressivo da lei e potencializam a abordagem do problema pela redução de danos, promoveram alterações no modelo do DARE.

Existe, nos Estados Unidos, vasta literatura sobre o programa, da qual destacamos os muitos estudos que analisam seu impacto na prevenção ao uso de drogas. Grande parte dessas avaliações procura criar uma medida do efeito do DARE em um conjunto de habilidades que o programa busca promover para capacitar o aluno a resistir ao envolvimento com as drogas, dentre elas: (1) conhecimento sobre drogas; (2) atitude em relação ao uso de drogas; (3) habilidades sociais; (4) autoestima; (5) resistência à pressão do grupo; (6) atitude em relação à polícia; e (7) uso de drogas.

Esses estudos são feitos usualmente por desenhos experimentais, que medem o comportamento dos adolescentes (DARE e não DARE), antes e depois de sua inserção no programa.

Na maior parte das vezes são estudos longitudinais com acompanhamento dos grupos por mais de três anos, cuja amostra chega a reunir dezenas de escolas e milhares de estudantes.

Clayton, Cattarello e Johnstone (1996) desenvolveram estudo experimental em 31 escolas, sendo 23 com DARE e outras 8 sem. A primeira pesquisa *survey* foi aplicada à turma do 6º ano (antes do DARE – pré-teste); os alunos participaram do programa no ano seguinte; e a partir de então uma nova *pesquisa* foi realizada a cada ano, até o 10º (pós-teste). Os resultados desse estudo indicaram que nenhuma diferença significativa foi observada entre os grupos controle e de intervenção no que diz respeito ao uso de cigarro, álcool e maconha, um ano depois do DARE e nos cinco anos do intervalo de mensuração. Contudo, houve efeitos significantes no grupo de intervenção (7º ano), nas seguintes habilidades: atitude em direção às drogas; capacidade de resistir à pressão do grupo; e nível de uso de drogas pelo grupo. O estudo concluiu haver efeito limitado do programa em relação ao uso de drogas e elevada eficácia em relação a atitudes, habilidades sociais e conhecimento. Todavia, a tendência é de queda ao longo do tempo. Sendo assim, os autores apontam a necessidade de mudança de modelo.

Outro estudo experimental, que analisou as respostas de alunos do 9º ano de 38 escolas, das quais 21 com DARE e 17 sem, também concluiu haver efeito de curto prazo do DARE no uso de drogas e não encontrou qualquer diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos (DUKES; ULLMAN; STEIN, 1996).

Os resultados do estudo de Ennet e colaboradores (1994), que empregou técnica meta-analítica em oito estudos experimentais e comparou o DARE com outras ações de prevenção ao uso de drogas, também demonstraram pequena eficácia de curto prazo do programa para reduzir ou prevenir o uso de drogas. Além de pequena, a eficácia é menor do que a de outros programas avaliados. Contudo, é no estilo de ensino e não no conteúdo curricular que o DARE difere de outros programas. Do ponto de vista da pesquisa, portanto, é provável que o programa esteja ocupando o lugar de outro, que poderia causar maior impacto à prevenção ao uso de drogas (ENNET *et al.*, 1994).

Contudo, a limitada influência do DARE no comportamento do uso de drogas dos adolescentes contrasta com sua popularidade e prevalência (ENNET *et al.*, 1994; BIRKELAND, MURPHY-GRAHAM, WEISS, 2005). Escolas tendem a ignorar as evidências de que os efeitos positivos do programa desaparecem ao longo do tempo e continuam a implementá-lo. É interessante que a literatura focaliza essa tomada de decisão na escola e não na polícia.

De acordo com Birkeland, Murphy-Graham e Weiss (2005), a escolha das escolas pelo programa se dá principalmente por dois motivos: (i) as avaliações apresentadas na maior parte dos estudos focam o uso de drogas; e (ii) as pesquisas não avaliam o relacionamento entre os policiais e as crianças. Os tomadores de decisão reconhecem que nenhuma intervenção é suficientemente forte para contrapor a pressão por drogas na sociedade. Sendo assim, o DARE é considerado apenas parte do esforço da sociedade em prevenir o uso de drogas. A principal razão para a escola manter o programa é a melhora na relação entre a polícia e os alunos.

O DARE foi criado pela polícia e concebido como um programa de prevenção ao uso de drogas. No entanto, o custo elevado<sup>10</sup> e os resultados abaixo do esperado – apontados por pesquisas como as acima apresentadas – não têm ameaçado a adesão das escolas ao programa, que se tornou o mais popular dos Estados Unidos. Do ponto de vista dos tomadores de decisão, o papel da escola é aproximar a polícia dos alunos; e, mesmo que as habilidades que o DARE busca promover não sejam desenvolvidas, a promoção dessa aproximação já justificaria a sua implementação.

<sup>10</sup> De acordo com o DARE America, o custo é estimado em U\$ 1,29 por aluno, cálculo feito com base nos gastos com material e instrutor. Porém, no primeiro ano o DARE provê o programa gratuitamente.

### 3 PROERD: O QUE SABEMOS

O Proerd é uma política formulada por burocratas<sup>11</sup>. Embora derivada do DARE, todos os processos de adaptação ao contexto nacional e de implementação e controle são conduzidos pelas polícias militares. Além desse tipo de política não corresponder ao modelo tradicionalmente pesquisado, os dados nem sempre são de fácil acesso. Os policiais professores são burocratas implementadores de nível de rua (LIPSKY, 1980), um tema ainda pouco estudado no Brasil (LOTTA, 2012).

Lembrando uma vez mais que o Proerd é voltado à prevenção ao uso de drogas, é curioso que a agenda de pesquisa no Brasil não contemple análises de impacto do programa no envolvimento dos alunos com drogas. Identificamos apenas um único estudo feito, em parceria, entre o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) e pesquisadores do Pacific Institute for Research and Evaluation,<sup>12</sup> com o apoio do Departamento de Estado dos Estados Unidos e do Departamento Internacional de Narcóticos e Organização de Cumprimento da Lei (JOHNSON *et al.*, 2008). Os resultados encontrados apontam para a mesma direção dos trabalhos realizados sobre o impacto do DARE, apresentados na seção anterior.

Johnson realizou o estudo em 2007 com alunos do 9º ano que fizeram o Proerd em 2003, quando estavam no 5º ano, e outro grupo de alunos, também do 9º ano, que não participaram do programa, todos da cidade de São Paulo. Os resultados demonstram que o Proerd não teve impacto: no uso de drogas ilícitas ao longo da vida e nos últimos 30 dias; e no engajamento em comportamento antissocial ou em atitudes negativas em relação aos policiais professores. No entanto, houve pequeno impacto positivo nos fatores de risco, o que sugere que os alunos que fizeram o Proerd veem o álcool e o uso de drogas como prejudicial, mais que os alunos que não participaram do programa. Contudo, não é suficiente para sustentar que o Proerd alcançou seu objetivo.

Massardi e Silva (2013) analisaram a participação em crimes em grupos de alunos com e sem Proerd, na cidade de Ubá, Minas Gerais. Os resultados indicam que alunos sem participação no programa tiveram maior envolvimento com crimes, entre os quais lesão corporal/agressão e tráfico/uso de drogas, do que os alunos com Proerd. Entendemos, porém, que existem outros fatores que influenciam o envolvimento no crime e que não foram controlados nesta pesquisa. Sendo assim, os dados coletados não poderiam sustentar o argumento de que o programa mantém o aluno afastado da criminalidade. Salientamos, ainda, que esse nem é o propósito principal do programa.

No que se refere à avaliação do Proerd, não encontramos regularidade nos resultados dos estudos. Com base nas respostas coletadas por meio de questionário aplicado a alunos do Proerd, Antunes e Quirino (2014) argumentam que em Minas Gerais o programa alcança o seu objetivo, contribuindo para a prevenção ao uso de drogas. Por outro lado, Souza (2013) identifica um conjunto de problemas na gestão do programa no Rio Grande do Norte e sugere investimentos em: pessoal, material didático, equipamentos de locomoção, treinamento, divulgação do programa, monitoramento, planejamento e avaliação de impacto.

Mesmo se tratando de estados diferentes, é curioso que em Minas Gerais o Proerd seja tão bom e alcance os objetivos, enquanto no Rio Grande do Norte apresente tantos problemas de gestão. Esta equipe de pesquisadores esteve presente em ambos os estados e, por diferentes

<sup>11</sup> Neste artigo, o termo é utilizado no sentido weberiano para designar um funcionário da administração pública, pautado por normas, procedimentos e rotinas da organização ao qual se vincula.

<sup>12</sup> O Instituto Pacífico de Pesquisa e Avaliação é uma organização independente, sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover pesquisas relacionadas à saúde e a questões sociais, incluindo justiça criminal. Mais informações podem ser encontradas em: <http://www.pire.org/>

métodos e instrumentos, coletamos dados sobre a percepção dos públicos envolvidos no programa (polícia, escola e família). Não identificamos evidências que comprovem que o Proerd tenha efeito positivo na prevenção ao uso de drogas, tampouco que existam grandes problemas de gestão do programa.

Em contraponto ao estudo de Antunes e Quirino (2014), salientamos que o Proerd não busca somente o aprendizado dos alunos, mas principalmente influenciar seu comportamento. Os alunos podem ter tido percentual elevado de aproveitamento nas respostas do questionário sobre o programa, contudo isso não garante que introduzirão esses princípios em seu comportamento. O Proerd não pode ser avaliado como as disciplinas da grade curricular tradicional. O método mais adequado para avaliar o efeito do programa na prevenção ao uso de drogas é a investigação do comportamento dos alunos, em especial as habilidades que o programa se propõe a desenvolver neles.

O conjunto de dados coletados por Souza (2013) não garante a confiabilidade dos resultados. Os dados foram coletados por análise de apenas três documentos e duas entrevistas com gestores. Além disso, identificamos inconsistências em suas análises, como o fato de associar a introdução do Proerd no Brasil, em 1992, ao Ministério da Justiça, quando a iniciativa foi da Polícia Militar do Rio de Janeiro; ou quando menciona que os cursos do programa são lançados em boletim de ocorrência (BO), sendo que a divulgação é feita em boletim geral (Bol.G.).

Esses casos demonstram que a avaliação de políticas públicas no Brasil, em especial as que são formuladas por burocratas, ainda padecem de problemas metodológicos. Com raras exceções, os estudos sobre o Proerd revelam pouco sobre o programa, o que favorece a falta de transparência na prestação de contas, sobretudo no que se refere aos resultados alcançados.

## 4 POLICIAL PROFESSOR: QUANDO A RUA SE TORNA A SALA DE AULA

No cotidiano das atividades de policiamento, o PM depara-se com situações que o impelem a tomar importantes decisões. Policiais do mais baixo *ranking* têm discricionariedade para decidir sobre a resposta a ser dada a cada caso, sem submetê-la a escrutínio superior imediato. Na dimensão da rua, o policial é tido como um formulador de políticas públicas e suas escolhas são consideradas como decisões do governo. O professor em sala de aula também pode ser concebido na mesma perspectiva, a qual Lipsky (1980) denomina de burocrata do nível de rua.

Ocorre que a rua é um cenário em que o policial busca manter a ordem, podendo empregar, para tanto, ações repressivas. Já a sala de aula é palco do conhecimento, e é este ponto que sustenta a autoridade e discricionariedade do professor. O Proerd promove a passagem da rua para a sala de aula, reorientando a ação do burocrata do nível de rua, da reação ao crime de forma geral para a prevenção focada no uso de drogas. Ele sai da posição de policial na rua para se tornar policial professor na sala de aula.

Diferentemente do que ocorre em outras políticas de prevenção – como o policiamento comunitário, que procura promover a interação de policiais com a comunidade sem explicar necessariamente o tipo de interação que tem em mente (HILL, 2003) –, o Proerd prepara o policial professor por meio de manuais, que buscam a padronização da conduta na sala de aula. Dessa forma, a metodologia de capacitação do policial professor estabelece parâmetros que orientam a tomada de decisão do burocrata do nível de rua.

No caso de políticas que visam padronizar condutas relacionadas ao uso da força, como práticas de abordagem, por exemplo, policiais tendem a não reagir de forma favorável a um modelo diferente do que emprega em seu cotidiano (PINC, 2007). Além disso, o modelo de treinamento policial tradicionalmente empregado não tem alcançado os resultados esperados no que diz respeito à mudança de comportamento (PINC, 2011).

A padronização da conduta do burocrata do nível de rua, quer seja na rua, quer na sala de aula, é um objetivo difícil de atingir. Primeiro, porque é necessário convencer o profissional a assimilar a conduta esperada em seu desempenho, o que por vezes requer mais do que uma metodologia alternativa de treinamento. Segundo, porque a política tem capacidade para influenciar apenas a conduta do burocrata e não a do público com o qual interage, ou seja, sempre haverá uma conduta imprevista a ser gerenciada pelo burocrata. Por fim, porque atua praticamente sem supervisão e, por vezes, pode tomar decisões que contrariam a orientação metodológica do programa.

Evidências indicam que policiais professores são muito receptivos ao padrão metodológico do Proerd;<sup>13</sup> contudo, esse padrão não é suficiente para capacitá-los a lidar com todas as situações em sala de aula. Pesquisa realizada por Perovano (2006) indica que a principal dificuldade indicada pelos policiais professores é responder ao comportamento “indisciplinado” dos alunos. O estudo, porém, não explica o que os respondentes classificam como indisciplina.

A limitação para lidar com comportamentos que fogem ao padrão esperado pode orientar as escolhas do policial professor no sentido de deixar de promover a participação ativa em sala de aula. Estudo realizado por Oliveira ([2007?]) indica que o enfoque metodológico adotado por ele em sala de aula ainda não retira o aluno da posição passiva. O diálogo, principal representação da participação ativa, foi muito pouco indicado pelo professor policial como característica do programa, naquela pesquisa.

Essa pode ser uma evidência de outro aspecto que dificulta o controle da conduta do burocrata do nível de rua: a tomada de decisões que satisfazem seu próprio interesse, ou seja, usar a discricionariedade para tornar seu trabalho mais fácil, mais seguro e mais gratificante (MAYNARD-MOODY; MUSHENO, 2000). O ponto é que os resultados podem não estar alinhados com o objetivo central da política.

## 5 METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa que motivou o presente artigo empregou um conjunto de ferramentas de coleta de dados quantitativos e qualitativos, relacionado aos três públicos envolvidos com o Proerd: (i) Polícia Militar (coordenadores e professores); (ii) escola (gestores, professores e alunos); e (iii) família (pais e responsáveis). Ela foi desenvolvida para coletar dados primários que permitissem analisar o Proerd nos níveis nacional e local.

Os principais resultados encontrados e discutidos neste artigo referem-se às perspectivas de: (i) gestão do Proerd, com foco nos objetivos e na institucionalidade do programa; e (ii) percepção dos atores-chave sobre os seus resultados, especialmente quanto à prevenção ao uso de drogas, à aproximação com a polícia e ao desenvolvimento de habilidades.

No nível nacional, reunimos dados por meio de dois questionários aplicados pela internet (plataforma FluidSurveys) a gestores e operadores da política. O primeiro questionário, direcionado

<sup>13</sup> Nogueira (2010, p. 74) argumenta que a metodologia do Proerd promove um convívio descontraído entre o policial professor e o estudante, “[...] cujas práticas socioconstrutivas incentivam o sentido do bem viver, com reforço ao lazer e à descontração sem o uso de drogas.”

aos 27 coordenadores estaduais do Proerd, foi enviado para a lista de contatos disponibilizada pela Senasp e obteve 13 respostas válidas. O segundo questionário, enviado aos policiais professores dos estados que disponibilizaram suas bases de contato, reuniu respostas válidas de 564 respondentes de 17 unidades federativas.

No nível local estudamos a política por meio de três casos: Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Natal (RN), nos quais aprofundamos a coleta de dados junto aos três públicos envolvidos no Proerd (Polícia Militar, escola e família). Em cada estado visitamos a coordenação estadual do programa e duas escolas da capital, sendo uma com e outra sem Proerd, com turmas do 5º ao 9º ano, localizadas em áreas com características sociodemográficas similares. As escolas de Belo Horizonte e Natal eram da rede pública de ensino, enquanto as escolas de Curitiba eram da rede privada, em função das escolas estaduais deste estado não terem turmas do 5º ao 9º ano.

É preciso salientar que a seleção desses estados foi definida pelo edital do projeto “Pensando a Segurança 3” e que, em função do curto prazo para a execução da pesquisa, a seleção das escolas visitadas nessas localidades foi feita por indicação das coordenações estaduais do Proerd. Devido à seleção não aleatória da amostra, os resultados explicam apenas os fenômenos investigados nos casos selecionados, não sendo possível generalizá-los. Todavia, as inferências resultantes da análise possibilitam problematizar algumas questões relevantes e sustentar os argumentos discutidos neste artigo. O Quadro 1 sintetiza os diferentes instrumentos de pesquisa utilizados nos níveis nacional e local.

**Quadro 1 – Instrumentos de pesquisa, grupos e atores-chave.**

Grupos	Atores-Chave	Instrumentos		
		Entrevista/ Grupo Focal	Formulário	Questionário WEB
Escola com Proerd	Gestor (direção/coordenação)			
	Professor			
	Aluno			
Escola sem Proerd	Gestor (direção/coordenação)			
	Aluno			
Família	Pais (alunos da escola com PROERD)			
PM	Coordenador Proerd			27 UF
	Instrutor Proerd			27 UF



## 6. RESULTADOS ENCONTRADOS

As atividades desenvolvidas pelo policial professor, durante as dez semanas de duração do Proerd,<sup>14</sup> estão voltadas para o desenvolvimento dos alunos, em especial no que diz respeito ao esforço de mantê-los longe das drogas. O programa foi desenhado de forma a envolver a participação da escola e da família nesse processo de desenvolvimento. A integração desses três grupos – polícia, escola e família – é representada por um triângulo equilátero na logomarca do Proerd, cuja relação gira em torno da criança e do adolescente.

Nesta pesquisa buscamos coletar a percepção sobre o Proerd desses três grupos (polícia, escola e família), além da percepção dos alunos beneficiados pelo programa. Em função do espaço temporal da trajetória dessa política no Brasil, assumimos que o Proerd vem satisfazendo os interesses dos atores-chave – polícia, escola e família; contudo, não podemos associar esse interesse à prevenção ao uso de drogas pelos beneficiários do programa, haja vista a ausência de evidências sobre esse resultado.

Com o propósito de discutir esses interesses, bem como pelos perseguidos pelo Proerd, reunimos nesta seção alguns resultados sobre: (i) aspectos normativos da política; (ii) disseminação e trajetória da política; (iii) percepção dos atores-chave a respeito da contribuição do programa; (iv) medidas de comportamento de alunos do 9º ano, que participaram ou não do programa; e (v) contato com drogas.

### 6.1 ASPECTOS NORMATIVOS DO PROERD

Solicitamos aos coordenadores estaduais cópia da regulação do programa no âmbito do estado, reunindo, ao todo, onze documentos. Procurando identificar o seu propósito, encontramos ao menos cinco tipos de objetivos: (i) prevenção ao uso de drogas; (ii) prevenção à violência; (iii) prevenção e controle do crime, com ênfase no tráfico de drogas; (iv) ensino de habilidades e atitudes positivas aos alunos; e (v) melhoria da imagem da Polícia Militar. No Quadro 2 apresentamos a distribuição desses cinco objetivos nos Estados respondentes.

<sup>14</sup> O currículo do Proerd é centrado no público estudantil na faixa etária entre 10 e 12 anos (5º e 7º anos do ensino fundamental), mas também contempla currículos destinados a crianças (ensino infantil), jovens (ensino médio), pais e comunidade. O programa apresenta materiais pedagógicos (cartilhas) para todos esses públicos, além de material para os instrutores Proerd, a cada currículo. Os materiais utilizados no Brasil são versões adaptadas do original produzido pelo DARE America. Nos Estados Unidos, a versão que está sendo utilizada atualmente pelo programa é chamada “Keepin’ it real” e seus currículos de 5º e 7º anos já foram adaptados para o contexto brasileiro (“Caindo na real”). Esse currículo é organizado como um programa de dez lições e duração de dez semanas.

**Quadro 2 – Objetivos do Proerd por unidade federativa.**

UF	Objetivo	Uso de drogas	Violência	Crime	Habilidades	Imagem
ES						
MG						
MT						
PA						
PE						
PR						
RN						
RS						
SC						
SE						
SP						
<b>Total</b>		<b>10</b> <b>(90,9%)</b>	<b>8</b> <b>(72,7%)</b>	<b>7</b> <b>(63,6%)</b>	<b>5</b> <b>(45,5%)</b>	<b>7</b> <b>(63,6%)</b>

## 6.2 DISSEMINAÇÃO E TRAJETÓRIA DO PROERD

O Proerd é atualmente desenvolvido em todas as 27 unidades federativas. Os dados coletados nos 13 Estados que responderam ao questionário *on-line* para coordenadores indicam que parte significativa dos programas foi implementada entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000. Dentre os estados respondentes, apenas as polícias militares de Alagoas, Rio de Janeiro e Sergipe interromperam o programa em um determinado ponto de sua trajetória. Não foi possível definir o motivo da interrupção, tampouco o da retomada, pois o instrumento não contemplava essas perguntas. Contudo, destacamos o fato de que os Estados que tomaram a iniciativa de acabar com o Proerd não mantiveram essa decisão por longo tempo.

É muito provável que simpatizantes do programa, sejam eles da polícia, do governo ou de fora, pressionem para que seja retomado ou mantido, independentemente de conhecerem os resultados alcançados na prevenção ao uso de drogas. Estudos de impacto realizados nos Estados Unidos sobre o DARE problematizam a manutenção do programa, mesmo diante da ausência de resultados positivos na prevenção ao uso de drogas (ENNET *et al.*, 1994; BIRKELAND *et al.*, 2005); contudo, a justificativa para sua continuidade é associada ao poder de decisão de gestores, tanto da polícia quanto da escola.

Os dados relativos à implementação do Proerd em 2013 demonstram que em 7 dos estados respondentes esse processo deu-se por iniciativa da Polícia Militar, enquanto nos outros 6 ocorreu por solicitação das escolas. Os dados também demonstram que, em 2013, nenhum dos estados respondentes conseguiu atender a toda demanda vinda das escolas, tendo 8 deles relatado que em 2014 ela já era observada como crescente.

Todos os 13 estados respondentes dispõem de documento que regulamenta o funcionamento do Proerd, indicando que tem significativo grau de institucionalidade nas polícias militares. Esses documentos reforçam, ainda, a constatação de que os programas são organizados de modo autônomo no nível estadual, não havendo diretrizes estabelecidas pelo governo federal. Há, no entanto, regulamentação do Proerd, estabelecida em 2001, no âmbito do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG-PM/CBM), a qual o institucionaliza como o projeto das polícias militares brasileiras de prevenção primária ao uso de drogas e solicita representação do programa junto ao Conselho Nacional Antidrogas – CONAD (CNCG, 2001). O Proerd passa também a constituir-se como uma das câmaras técnicas do CNCG, responsável por estudos e propostas. No entanto, essa iniciativa parece não ter avançado de maneira profícua e, até hoje, inexistem diretrizes compartilhadas pelos estados para a implementação, monitoramento ou avaliação do programa.

Os setores das polícias militares aos quais o Proerd se vincula são bastante variados. Essa diferenciação dá-se tanto em termos de posição organizacional (por exemplo, vinculação a diretorias, ao Estado-maior ou diretamente ao comando geral) quanto em termos temáticos (há coordenações ligadas às áreas de comunicação, educação, policiamento comunitário e escolar, por exemplo). Nenhuma correlação pode, contudo, ser estabelecida entre os vínculos institucionais do Proerd nos estados e eventuais diferenças nos objetivos estabelecidos pelo programa. É possível inferir, contudo, que existe esforço por parte dos seus gestores em associar o Proerd ao policiamento, quer seja escolar, quer seja comunitário. Entendemos que essa pode ser uma estratégia para legitimar essa atividade policial, que, por ser desenvolvida em sala de aula e não na rua, tende a causar estranhamento no âmbito interno da organização policial.

## 6.3 PERCEPÇÃO DOS ATORES CHAVE SOBRE O PROERD

No intuito de conhecer a contribuição do Proerd em aspectos como a prevenção ao uso de drogas e a aproximação da polícia com o público, coletamos a percepção de representantes da polícia, da escola e da família, além dos alunos beneficiários do programa, por meio de diferentes métodos.

Os resultados indicam que, em sua maioria, os atores entendem que o Proerd contribui positivamente, tanto para a prevenção ao uso de drogas quanto para a aproximação entre a polícia e a sociedade. Essa avaliação positiva deve ser relativizada, uma vez que os grupos (com exceção dos pais e responsáveis, por questões metodológicas explicadas a seguir) parecem compreender as limitações do programa em relação a todos esses pontos, em diferentes graus.

Os docentes entendem que o convívio com os policiais professores tem a capacidade de alterar a visão dos alunos sobre a polícia. Antes do Proerd, os alunos tendiam a perceber o policial como truculento e preocupado apenas com a repressão ao crime, mas, depois, como amigo ou professor. Contudo, essa melhora na imagem da polícia está circunscrita à figura do policial professor e não se estende a toda corporação, uma vez que os alunos reconhecem que existem bons e maus policiais, e que essa distinção entre os policiais honestos e os “policiais bandidos” é reforçada pelos policiais professores em sala de aula. Dessa forma, a relação que os alunos têm com a polícia enquanto instituição ainda depende das experiências pessoais de cada estudante. Essa avaliação positiva, com ressalvas, é expressa na fala de um professor: “o trabalho é positivo, mas a interação de cada aluno é muito pessoal, vai depender da vivência deles” (professor de Belo Horizonte).

Os gestores das escolas que foram entrevistados apresentavam perfis e formas de lidar com a questão do uso de drogas bastante distintos. É preciso evidenciar que os gestores de cada cidade visitada enfrentavam desafios bastante diferentes, condicionados a uma série de fatores estruturais, como classe social dos alunos, infraestrutura das escolas, qualificação do corpo docente, entre outros. Independente disso, todos aqueles que implementaram o Proerd em suas escolas possuem avaliação positiva sobre o programa, por diferentes razões, explicitadas a seguir.

A diretora da escola de Minas Gerais entendia que a relação da polícia com a comunidade no entorno da escola havia melhorado em razão do programa e que, por causa dessa maior confiança na corporação, “a escola vira um posto policial”, que recebe informações e denúncias dos vizinhos, as quais são encaminhadas para a ronda escolar. Além disso, ela acredita que a relação entre os alunos e a PM melhora com o Proerd, pois os estudantes não veem o policial como repressor, e passam a enxergá-lo como amigo – “tanto os pequenos como os outros adolescentes criam uma relação de amizade e carinho com os instrutores”.

Em contrapartida, a diretora da escola do Paraná entende que o programa possui duas grandes contribuições: anunciar para os pais a idade de seus próprios filhos e que eles se encontram em uma fase em que a questão das drogas precisará passar a ser discutida, e também dar ao aluno a possibilidade de se ver como sujeito, uma vez que uma autoridade policial informa que ele deverá fazer escolhas importantes em sua vida. Apesar disso, a diretora não acredita que o programa seja capaz de gerar grandes mudanças na visão das crianças sobre a PM, uma vez que nesta idade (os alunos que cursam o Proerd na escola se encontram no 5º ano) ainda possuem relação positiva com a autoridade e o policial professor legitima esta visão. Já para os adolescentes essa mudança não ocorre por conta de influências externas – como amigos e mídia, entre outros –, que ganham na disputa de valores da imagem da corporação.

O grupo de alunos do 9º ano da escola da capital mineira foi o que melhor desenvolveu a discussão sobre o papel da PM na sociedade. Assuntos como corrupção policial, seletividade e

preconceito da polícia na atuação e abordagem dos cidadãos e questões estruturais da própria corporação, como remuneração e forma de ingresso, além da redução da maioria penal, foram alvos de discussão. Os alunos apontaram o fato de o Proerd não abrir espaço para que eles e os policiais professores discutam questões relacionadas à atuação policial, apesar de entenderem que eram muito pequenos à época do curso para conseguir problematizar alguns temas.

Os alunos também compartilham, em sua maioria, visão positiva das contribuições do programa em geral. Porém, como foi dito no caso dos professores, essa avaliação é permeada por ressalvas. Enquanto alguns alunos afirmaram que o programa contribuiu para mudar sua percepção da corporação, outros disseram que permaneceram com a visão negativa da PM, por conta de experiências em outros ambientes para além dos muros da escola, em casos de intimidação ou repressão policial. Mais uma vez encontramos a personalização da melhoria da imagem policial na figura do policial professor: apesar do entendimento comum positivo em relação a ele, os alunos afirmaram que o programa não alterou a visão que têm da Polícia Militar como um todo. De acordo com eles, o policial professor não representa todos e “tem policial competente e tem policial incompetente”, e “nem todo policial militar é igual a esse que é bom, né?”.

A opinião dos pais e responsáveis foi coletada por meio da aplicação de um formulário,<sup>16</sup> e os resultados também demonstram avaliação positiva sobre o Proerd. A maioria dos respondentes concorda que o programa mantém as crianças longe das drogas (91%) e está satisfeita por seu filho participar (92%). Especificamente em relação à aproximação da polícia, a grande maioria entende que a relação de seus(suas) filhos(as) com o policial professor é positiva, uma vez que fazem comentários positivos sobre ele, da mesma forma que já presenciaram diretores(as) e professores(as) da escola fazendo o mesmo. Esses resultados indicam que existe aceitação do Proerd pela família, sendo possível inferir que pais e responsáveis reconhecem e valorizam o esforço da PM. Um dos pontos relevantes é que o programa sinaliza aos pais que seus(suas) filhos(as) atingiram a idade adequada ao esclarecimento sobre as drogas, ou seja, estão entrando em uma fase vulnerável, conforme apontado pela diretora da escola de Curitiba (PR). Problemas na imagem e de confiança na polícia parecem não afetar a opinião dos pais. A maioria dos respondentes reconhece que o programa é positivo, porém tem limitações, pois pode perder seu efeito ao longo do tempo.

O grupo de policiais professores é o que apresenta a visão mais otimista em relação às contribuições do Proerd. Na pesquisa realizada pela *internet*, quando confrontados com a afirmação de que “o programa é eficiente na prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes”, dentre os 564 respondentes 94% assinalaram as alternativas “concordo” e “concordo totalmente”, o que demonstra crença generalizada entre os policiais professores de que seu trabalho gera impactos positivos na prevenção ao uso de drogas.

Essa avaliação positiva generalizada foi observada em todos os pontos referentes ao programa: nas afirmações relacionadas à promoção do relacionamento entre a polícia e o público escolar, a grande maioria entende que ele é eficiente na promoção dessa relação (99% responderam “concordo totalmente” ou “concordo”), na promoção da relação entre professores/diretores e policiais (97% responderam “concordo totalmente” ou “concordo”) e na promoção da relação entre família e policiais (91% responderam “concordo totalmente” ou “concordo”). Na visão dos policiais professores, o Proerd é eficiente, portanto, também para a aproximação com a família dos alunos e ajuda a quebrar paradigmas sobre a instituição policial.

Essa avaliação positiva foi encontrada por diversas vezes durante os grupos focais. Os policiais

<sup>16</sup>Em razão da dificuldade de reunir pais e responsáveis para entrevistas ou grupo focal, decidimos pela aplicação de um formulário com perguntas fechadas, entregue aos respondentes pelos alunos, que devolveram ao pesquisador. Foram distribuídos 388 formulários, por meio dos alunos das escolas com Proerd, nos três Estados pesquisados, para serem entregues aos pais e responsáveis; retornaram 167 formulários respondidos (43%).

professores têm plena certeza de que o programa é bem aceito pela sociedade: “[...] todos nós temos esta convicção, esta certeza, que em todas as áreas da sociedade ele é bem aceito. É o programa da Polícia Militar que é mais bem aceito na sociedade” (grupo focal de policiais de Curitiba). De acordo com eles, as crianças e os adolescentes que participam do Proerd passam a ver a PM de outra forma: “[...] as crianças e adolescentes te abraçam, conversam com você.” (grupo focal de policiais de Curitiba). Entendem que é fundamental a participação dos pais e familiares para o sucesso do programa, aspecto reforçado em reunião com eles. Contudo, de acordo com suas experiências, a adesão da família não é maciça – “[...] alguns pais participam, outros não. O programa também serve para instruir os pais sobre estes assuntos” (grupo focal de policiais de Curitiba).

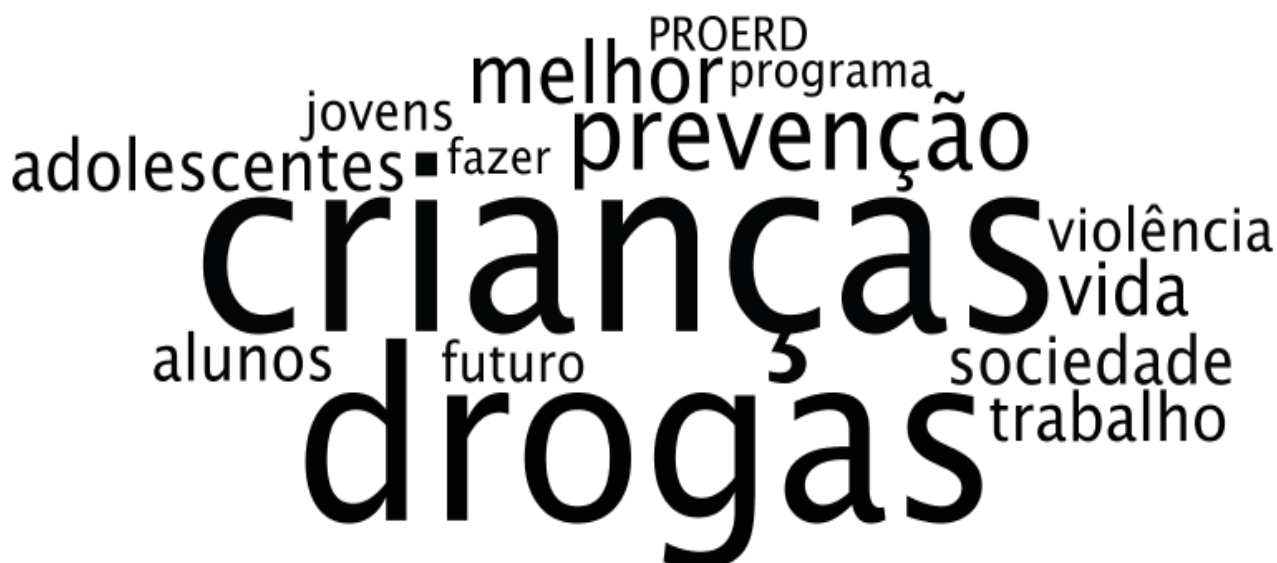
Assim, para o grupo de policiais professores, o Proerd também contribui para fomentar relação de proximidade entre policial, família e escola. No primeiro caso, o relato das crianças e dos adolescentes atua como catalisador da relação, sendo, por exemplo, comum os casos em que algum pai vai à escola ou às reuniões para conhecer o policial de quem tanto ouve falar em casa por intermédio de seu filho. No caso das escolas, os policiais professores destacam o aumento da sensação de segurança da comunidade escolar em função da presença policial, além do fato de interagirem com os diversos profissionais da instituição (diretores, professores, merendeiras, porteiros), tornando-se, assim, verdadeiramente parte do corpo docente. Na fala de um policial professor, toda essa rede de relações estabelecida por meio de sua atuação faz com que os instrutores sejam, “[...] ao mesmo tempo, ouvidoria, pai, psicólogo, policial ostensivo” (grupo focal de policiais de Belo Horizonte).

Portanto, é ponto pacífico entre os policiais professores que um dos resultados do Proerd é a aproximação da PM com o público escolar e, como decorrência, a melhor relação entre a corporação e a sociedade como um todo. Os demais grupos pesquisados assumem que o programa tem efeito positivo para a polícia, porém não na mesma medida. A percepção dos policiais professores sobre a importância do trabalho que desenvolvem tende a indicar sobrevalorização do Proerd, o que pode representar uma reação à baixa valorização atribuída internamente por outros grupos de policiais.

Essa sobrevalorização pode estar relacionada aos fatores indicados pela grande maioria dos policiais professores como motivações a participar do Proerd. Dentre os respondentes, 77% afirmam que sua motivação para atuar no programa está relacionada à crença de que funciona e tem impacto positivo na vida dos alunos e, também, que políticas de prevenção às drogas são mais eficientes do que políticas de repressão. Outra motivação amplamente declarada diz respeito à aptidão pessoal para aplicação do Proerd e o reconhecimento do trabalho por parte da comunidade escolar. Um dado interessante é como a categoria relacionada à melhoria da imagem da PM na sociedade por meio do programa aparece em último lugar, o que pode ser observado também nas falas dos policiais professores em campo, que demonstram que a melhoria da imagem da corporação é residual, ou seja, uma consequência do Proerd, mas não o seu objetivo.

Organizamos as 559 respostas dos policiais professores em uma nuvem de tags (nuvem de palavras), que analisa o conteúdo das respostas, conta as palavras iguais e apresenta as mais citadas, hierarquizando a proporcionalidade da aparição de cada termo pelo tamanho da fonte. Palavras que são preposições, conectivos e pronomes são ignoradas nesse processo. Para analisar as opiniões dos policiais professores acerca de sua principal motivação para ser policial professor Proerd, foram contadas 13.004 palavras, com o seguinte resultado:

Figura 1 – Nuvem de palavras das respostas à questão  
“qual sua principal motivação para ser policial professor Proerd?”



Fonte: Pesquisa Diagnóstico do Proerd, Fundação Getúlio Vargas/Senasp, 2014.

É interessante notar que as palavras mais utilizadas pelos policiais professores foram “crianças” e “drogas”, o que pode ser explicado pelo fato de a maioria das respostas se encaixar na categoria relacionada à crença de que o programa funciona e possui impacto positivo na vida dos alunos, seguindo o padrão de “evitar que o uso de drogas” ou “impactar na vida das crianças”. Outro fato importante é a palavra “prevenção” não ter sido a mais utilizada pelos policiais professores, visto que o objetivo principal do Proerd, como pode ser visto na análise dos objetivos propostos pelos próprios Estados, é a prevenção do uso de drogas; porém, esse objetivo não se reflete no discurso dos policiais professores.

## 6.4 MEDIDAS DE COMPORTAMENTO DOS ALUNOS – CONSTRUCTOS DO PROERD

No *survey* aplicado às turmas do 5º ao 9º ano de escolas com e sem Proerd,<sup>17</sup> procuramos criar medidas relativas ao comportamento dos alunos, com o intuito de investigar o efeito do programa, dentre elas: (i) autoestima; (ii) capacidade de resistir à pressão dos colegas; (iii) atitude em relação às drogas; (iv) início da experimentação de drogas; e (v) uso de drogas.

Os três primeiros constructos representam as principais habilidades e atitudes que o Proerd busca desenvolver para que o aluno tenha condições de se manter afastado das drogas, enquanto os dois últimos medem o seu envolvimento com elas. Lembramos que os resultados encontrados neste *survey* são aplicados apenas aos casos pesquisados.

### 6.4.1 Autoestima

O constructo da autoestima foi produzido com base nos dez itens da escala de autoestima de Rosenberg – EAR (1965) e na versão adaptada para o Brasil (SBICIGO; BANDEIRA; DELL’AGLIO, 2010). Perguntamos aos alunos sobre os sentimentos gerais a respeito de si mesmos e apresentamos os

<sup>17</sup> A amostra reuniu 382 alunos que fizeram Proerd (47,6%) e 420 que não o fizeram (52,4%).

dez itens da EAR, descritos abaixo, para que indicassem o grau de concordância entre as opções: discordo totalmente, discordo, concordo, e concordo totalmente.

1. Sinto que sou uma pessoa de valor, tão boa quanto qualquer outra pessoa.
2. Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou.
3. Às vezes, eu penso que não presto para nada.
4. Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas.
5. Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso.
6. Às vezes, eu me sinto inútil.
7. Eu acho que tenho muito boas qualidades.
8. Eu tenho motivos para me orgulhar na vida.
9. De um modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a).
10. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo(a).

Na análise das respostas, foi atribuído *score* de 1 a 4 para cada uma das opções, tendo os itens 2, 3, 5 e 6 *score* reverso. Quanto maior o *score*, maior a autoestima. Para facilitar a análise os distribuimos em quatro faixas: (i) nível 1: de 0 a 10; (ii) nível 2: de 11 a 20; (iii) nível 3: de 21 a 30; e (iv) nível 4: de 31 a 40.

Ao cruzarmos o nível de autoestima e o Proerd, distribuídos por ano escolar (Tabela 1), verificamos que os alunos que não participaram do programa possuem autoestima mais elevada do que os que participaram no 5º, 6º e 7º ano. Essa proporção se inverte nos anos seguintes, ou seja, nos 8º e 9º anos a proporção de alunos com autoestima elevada é maior entre os que fizeram Proerd do que entre os que não o fizeram. Esse resultado é curioso quando levamos em consideração que o programa, nos estados pesquisados nesta amostra, é ministrado no 5º ano. Os dados revelam que quanto mais o aluno se afasta do Proerd maior é sua autoestima. De forma geral, as evidências não permitem assumir que existe algum tipo de influência do programa na autoestima dos alunos.



**Tabela 1 – Nível de autoestima Proerd x Ano escolar.**

Ano Escolar			Nível de Autoestima				Total
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	
5º ano	Você fez Proerd?	Sim	3 3,7%	6 7,4%	34 42,0%	38 46,9%	81 100,0%
		Não	2 2,7%	2 2,7%	27 36,5%	43 58,1%	74 100,0%
	Total	5 3,2%	8 5,2%	61 39,4%	81 52,3%	155 100,0%	
6º ano	Você fez Proerd?	Sim	1 1,5%	1 1,5%	32 49,2%	31 47,7%	65 100,0%
		Não	0 0,0%	1 1,3%	27 36,0%	47 62,7%	75 100,0%
	Total	1 0,7%	2 1,4%	59 42,1%	78 55,7%	140 100,0%	
7º ano	Você fez Proerd?	Sim	1 1,1%	2 2,3%	44 50,0%	41 46,6%	88 100,0%
		Não	4 4,6%	5 5,7%	26 29,9%	52 59,8%	87 100,0%
	Total	5 2,9%	7 4,0%	70 40,0%	93 53,1%	175 100,0%	
8º ano	Você fez Proerd?	Sim	1 1,4%	4 5,6%	25 34,7%	42 58,3%	72 100,0%
		Não	0 0,0%	5 5,4%	35 38,0%	52 56,5%	92 100,0%
	Total	1 0,6%	9 5,5%	60 36,6%	94 57,3%	164 100,0%	
9º ano	Você fez Proerd?	Sim		1 1,3%	25 32,9%	50 65,8%	76 100%
		Não		5 5,4%	32 34,8%	55 59,8%	92 100,0%
	Total		6 3,6%	57 33,9%	105 62,5%	168 100,0%	
Total	Você fez Proerd?	Sim	6 1,6%	14 3,7%	160 41,9%	202 52,9%	382 100,0%
		Não	6 1,4%	18 4,3%	147 35,0%	249 59,3%	420 100,0%
	Total	12 1,5%	32 4,0%	307 38,3%	451 56,2%	802 100,0%	

## 6.4.2 Pressão do Grupo

Procuramos tentar captar a capacidade de os alunos resistirem à pressão dos colegas, que é um dos principais grupos com potencial para influenciar o uso de drogas por crianças e adolescentes, fato constatado no discurso de todos os informantes nos grupos focais. Para tal, utilizamos como base o questionário apresentado por Duke (1996) em pesquisa sobre a avaliação do DARE nos Estados Unidos. Os resultados do *survey* refletem relativo grau de resistência à pressão dos grupos por parte dos respondentes, não havendo evidências que permitam distinguir alunos

com e sem Proerd. Mesmo que eles não tenham sido sinceros em suas respostas, conscientemente reconhecem que a melhor conduta é resistir à pressão.

Decidimos aprofundar essa análise e cruzamos os dados sobre a influência da pressão do grupo com o uso de maconha nos últimos 30 dias (esse envolvimento com a droga será explorado em seção seguinte). O resultado apresentado na Tabela 2 é bastante curioso, pois alunos que afirmaram não ceder à pressão do grupo, em especial os que assinalaram “discordo totalmente”, usaram proporcionalmente mais essa substância do que os demais.

**Tabela 2 – Pressão do grupo x uso de maconha.**

		Usou maconha nos últimos 30 dias		
		Sim	Não	Total
Quando meus colegas me pressionam, eu faço o que eles querem	Discordo totalmente	10 2,7%	354 97,3%	364 100,0%
	Discordo	0 0,0%	277 100,0%	277 100,0%
	Concordo	2 3,4%	56 96,6%	58 100,0%
	Concordo totalmente	0 0,0%	10 100,0%	10 100,0%
Eu faço o que meus colegas fazem, mesmo que esteja errado	Discordo totalmente	9 2,1%	425 97,9%	434 100,0%
	Discordo	0 0,0%	248 100,0%	248 100,0%
	Concordo	2 8,0%	23 92,0%	25 100,0%
	Concordo totalmente	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%
Faço coisas porque meus amigos fazem	Discordo totalmente	7 1,7%	406 98,3%	413 100,0%
	Discordo	1 0,4%	242 99,6%	243 100,0%
	Concordo	1 2,5%	39 97,5%	40 100,0%
	Concordo totalmente	3 27,3%	8 72,7%	11 100,0%

### 6.4.3 Atitude em relação à droga

Além de procurar saber a respeito do uso de drogas, também buscamos identificar a atitude dos alunos em relação ao uso do álcool e da maconha. Os resultados estão dispostos em gráfico de barras e as respostas distribuídas por percentual. Os respondentes demonstram não ser favoráveis ao uso do álcool e tampouco ao da maconha, contudo tem maior intolerância a esta do que àquele (Gráficos 1 e 2).

Entretanto, os alunos que fizeram Proerd são menos tolerantes com o uso dessas substâncias. Nos dois casos os alunos que fizeram Proerd tendem a discordar proporcionalmente mais do uso do que os que não o fizeram. Em contrapartida, em relação aos que concordam com o uso, os que passaram pelo programa concordam proporcionalmente menos.

Gráfico 1 – Sou a favor do uso do álcool (%).

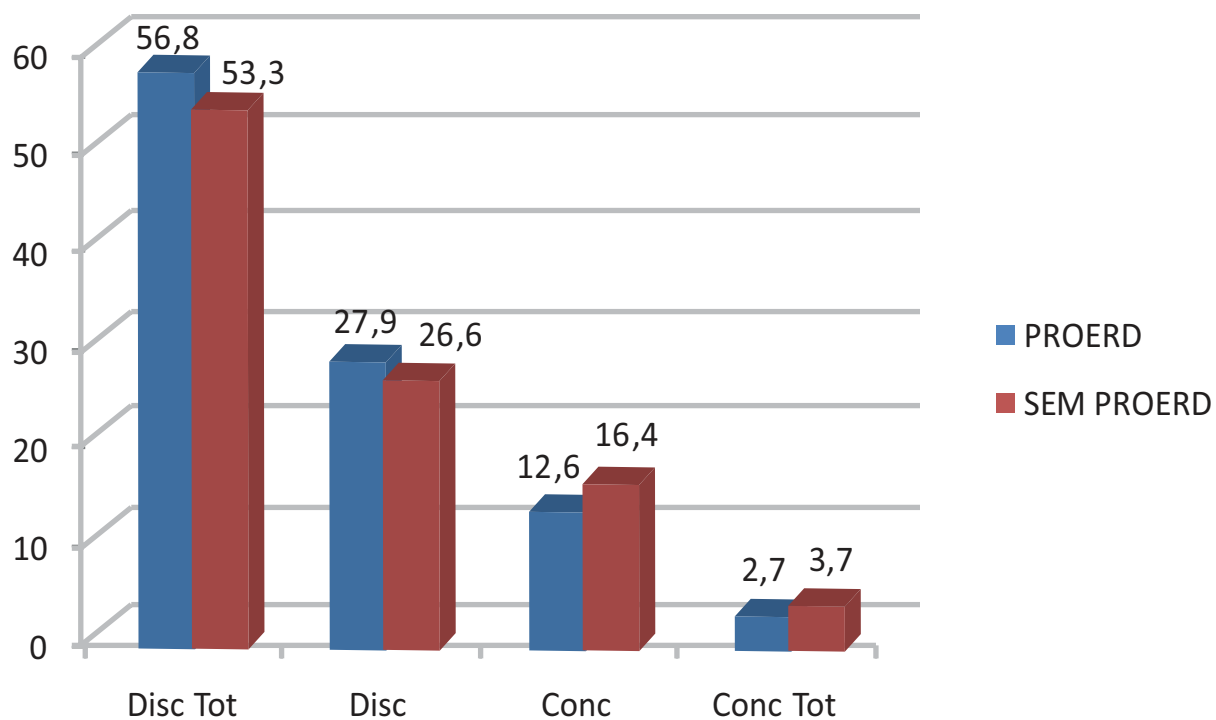
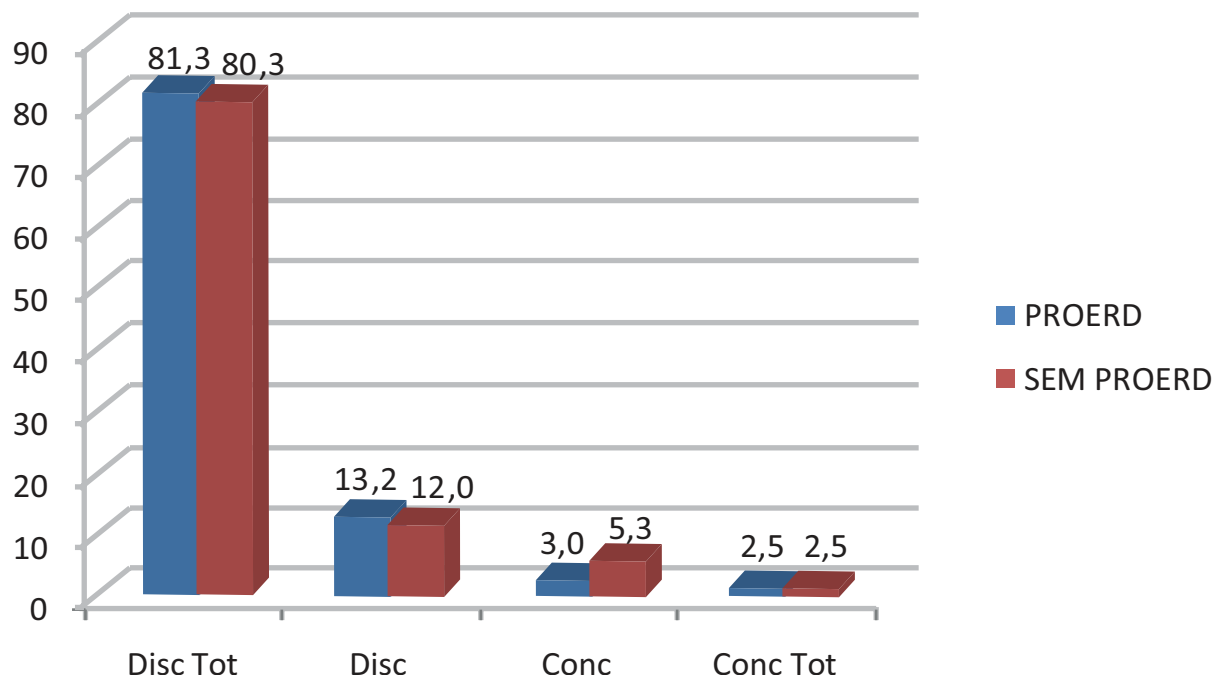


Gráfico 2 – Sou a favor do uso da maconha (%).



Fonte: Pesquisa Diagnóstico do Proerd, Fundação Getúlio Vargas/Senasp, 2014.

#### 6.4.4 Início da Experimentação de Drogas

Analizamos os casos dos alunos que experimentaram drogas, distribuídos por idade (Tabela 3). Os dados mostram que pequena parte dos respondentes afirma ter experimentado álcool e cigarro nos primeiros anos de vida. É provável que esses dados, especificamente, não reflitam a realidade e que o aluno deliberadamente mentiu. Contudo, é uma quantidade tão pequena de casos que decidimos mantê-los. De toda forma, os dados demonstram que o uso de álcool e do cigarro inicia-se muito mais cedo do que o de maconha e outras drogas.

A maior concentração quanto ao início da experimentação de álcool é aos 10 anos. Nessa idade os alunos, provavelmente, estão cursando o 5º ou o 6º ano. Entre os que fizeram Proerd o contato com o programa ainda é recente, considerando que é ministrado no 5º ano nos três estados selecionados neste estudo. Nessa idade de 10 anos o início da experimentação do álcool é quase o dobro para os alunos que não fizeram Proerd (22), em relação aos que fizeram (12). Aos 11 anos, dos 13 alunos que iniciaram a experimentação apenas 2 fizeram Proerd, sendo esta a maior diferença para a droga. Em relação à faixa de idade entre 10 e 11 anos, os dados sugerem algum efeito do programa; contudo, à medida que a idade aumenta, esse possível efeito deixa de existir.

**Tabela 3 – Idade em que experimentou droga x Proerd.**

Idade	Álcool			Cigarro			Maconha			Outras Drogas		
	Você fez Proerd?		Total	Você fez Proerd?		Total	Você fez Proerd?		Total	Você fez Proerd?		Total
	Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não		Sim	Não	
1	1	0	1	1	0	1						
2	0	1	1									
3	0	1	1									
4	2	0	2									
5	0	1	1	1	0	1						
6	0	3	3	1	2	3						
7	4	2	6	0	4	4						
8	1	5	6	1	0	1						
9	5	5	10	0	1	1				1	1	2
10	12	22	34	1	2	3				1	1	2
11	2	11	13	0	1	1				0	1	1
12	12	10	22	4	2	6	0	2	2			
13	12	18	30	5	4	9	4	4	8	2	1	3
14	11	10	21	1	1	2	2	0	2	2	1	3
15	5	0	5	1	2	3	1	3	4	1	2	3
16	1	2	3	0	1	1	0	1	1			
17	3	0	3	0	1	1	0	1	1			
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>91</b>	<b>162</b>	<b>16</b>	<b>21</b>	<b>37</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>14</b>

## 6.4.5 Uso de Drogas

Os dados da Tabela 4 indicam que um baixo percentual dos respondentes usou algum tipo de droga nos últimos 30 dias. É provável que os respondentes não tenham sido sinceros nessas respostas, pois, embora tenhamos tomado cuidados para manter o sigilo, os alunos se comunicavam durante o preenchimento do formulário e os professores permaneceram na sala de aula.

O álcool foi a droga mais consumida pelos respondentes nos últimos 30 dias (7,5%). O seu consumo aumenta à medida que o ano escolar avança. Os alunos do 9º ano são os que mais consomem. A participação de alunos sem Proerd no consumo de álcool é maior apenas nos 6º, 7º e 9º anos.

O cigarro (1,8%) e a maconha (1,7%) foram usados praticamente na mesma proporção, e apenas 6 (0,8%) respondentes afirmaram ter usado outras drogas nos últimos 30 dias. O consumo dessas drogas também se concentra mais nos 8º e 9º anos. A participação de alunos com Proerd do 8º ano no consumo de todas as drogas é maior do que os que não participaram do programa. No 6º ano, nenhum aluno com Proerd usou qualquer tipo de droga.

Os dados mostram que quanto mais os alunos se distanciam do programa maior é o consumo de drogas. Contudo, as evidências não permitem afirmar que o baixo ou nenhum consumo por parte dos alunos dos 5º e 6º anos seja um comportamento influenciado pelo programa.

**Tabela 4 – Usou droga nos últimos 30 dias x Proerd.**

Ano	Aluno	Usou nos últimos 30 dias							
		Álcool		Cigarro		Maconha		Outras drogas	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
5º	COM Proerd	1 1,5%	67 98,5%	0 0,0%	67 100,0%	0 0,0%	67 100,0%	0 0,0%	67 100,0%
	SEM Proerd	0 0,0%	66 100,0%	0 0,0%	66 100,0%	0 0,0%	66 100,0%	0 0,0%	66 100,0%
	Total	1 0,7%	133 99,3%	0 0,0%	133 100,0%	0 0,0%	133 100,0%	0 0,0%	133 100,0%
6º	COM Proerd	0 0,0%	60 100,0%	0 0,0%	60 100,0%	0 0,0%	60 100,0%	0 0,0%	60 100,0%
	SEM Proerd	6 8,5%	65 91,5%	2 2,9%	68 97,1%	2 2,8%	69 97,2%	0 0,0%	69 100,0%
	Total	6 4,6%	125 95,4%	2 1,5%	128 98,5%	2 1,5%	129 98,5%	0 0,0%	129 100,0%
7º	COM Proerd	3 3,7%	78 96,3%	0 0,0%	81 100,0%	0 0,0%	81 100,0%	0 0,0%	81 100,0%
	SEM Proerd	5 6,5%	72 93,5%	0 0,0%	74 100,0%	1 1,3%	74 98,7%	1 1,3%	74 98,7%
	Total	8 5,1%	150 94,9%	0 0,0%	155 100,0%	1 0,6%	155 99,4%	1 0,6%	155 99,4%
8º	COM Proerd	10 14,9%	57 85,1%	3 4,7%	61 95,3%	4 6,2%	61 93,8%	3 4,6%	62 95,4%
	SEM Proerd	5 6,1%	77 93,9%	2 2,4%	80 97,6%	1 1,2%	81 98,8%	0 0,0%	81 100,0%
	Total	15 10,1%	134 89,9%	5 3,4%	141 96,6%	5 3,4%	142 96,6%	3 2,1%	143 97,9%
9º	COM Proerd	8 11,3%	63 88,7%	0 0,0%	69 100,0%	0 0,0%	69 100,0%	0 0,0%	69 100,0%
	SEM Proerd	16 20,0%	64 80,0%	6 7,6%	73 92,4%	4 5,1%	74 94,9%	2 2,6%	76 97,4%
	Total	24 15,9%	127 84,1%	6 4,1%	142 95,9%	4 2,7%	143 97,3%	2 1,4%	145 98,6%
Total	Sim	22 6,3%	325 93,7%	3 0,9%	338 99,1%	4 1,2%	338 98,8%	3 0,9%	339 99,1%
	Não	32 8,5%	344 91,5%	10 2,7%	361 97,3%	8 2,2%	364 97,8%	3 0,8%	366 99,2%
	Total	54 7,5%	669 92,5%	13 1,8%	699 98,2%	12 1,7%	702 98,3%	6 0,8%	705 99,2%

**Tabela 5 – Evolução da experimentação para o uso de drogas.**

	Experimentou Droga	Usou nos últimos 30 dias	Queda %
Álcool	162	54	66,7
Cigarro	37	13	64,9
Maconha	18	12	33,3
Outras drogas	14	6	57,1

## 6.5 CONTATO COM DROGAS

Com o propósito de investigar a presença de drogas no ambiente em que os alunos vivem e estudam, introduzimos no formulário aplicado aos alunos das escolas com e sem Proerd um conjunto de perguntas sobre consumo de álcool, cigarro, maconha e de outras drogas e de tráfico de drogas por parte de pessoas próximas ao respondente ou no ambiente em que mora e estuda.

**Tabela 6 – Consumo por pessoa que mora em casa e por colega ou conhecido.**

		MG		RN		PR		Total	
		Sim %	Não %	Sim %	Não %	Sim %	Não %	Sim %	Não %
Pessoa que mora em casa	Álcool	43,1	56,9	43,2	56,8	58,8	41,2	49,6	50,4
	Cigarro	24,5	75,5	30,2	69,8	16,3	83,7	22,5	77,5
	Maconha	3,7	96,3	8,6	91,4	2,3	97,7	4,3	95,7
	Outras drogas	2,0	98,0	5,0	95,0	1,3	98,7	2,4	97,6
Colega ou conhecido	Álcool	55,8	44,2	47,9	52,1	54,9	45,1	53,6	46,4
	Cigarro	50,6	49,4	45,3	54,7	46,3	53,7	47,6	52,4
	Maconha	38,2	61,8	32,9	67,1	17,1	82,9	28,1	71,9
	Outras drogas	27,1	72,9	22,1	77,9	7,6	92,4	17,6	82,4

potiguares e mineiros, que estão próximos de 5%. Porém, essa análise toma outra dimensão quando consideramos que em Minas Gerais e Rio Grande do Norte a cada grupo de 20 alunos um deles tem um traficante em casa. Dito de outro modo, em uma sala de aula com 40 alunos, 2 convivem diariamente com um traficante.

**Tabela 7 – Proximidade e percepção sobre tráfico de drogas.**

	MG		RN		PR		Total	
	Sim %	Não %	Sim %	Não %	Sim %	Não %	Sim %	Não %
Algum morador de sua casa está envolvido com tráfico de droga?	4,5	95,5	4,7	95,3	0,9	99,1	3,1	96,9
Algum amigo está envolvido com tráfico de droga?	23,4	76,6	18,1	81,9	6,8	93,2	15,4	84,6
Você já viu alguém vendendo drogas no bairro em que mora?	47,5	52,5	60,2	39,8	20,6	79,4	39,7	60,3
Você já viu alguém vendendo drogas próximo à sua escola?	27,3	72,7	20,7	79,3	29,7	70,3	26,6	73,4

## 7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Retomando a proposição inicial, interessa-nos discutir o fato de a polícia, a escola e a família manifestarem satisfação com o Proerd, mesmo diante da ausência de evidências de que o programa ajuda os alunos a se manterem afastados das drogas. Nesta seção, buscamos explorar evidências que possibilitem algum tipo de inferência sobre o interesse dos atores-chave em torno do programa.

Esta pesquisa produziu medidas de efeito do Proerd em habilidades e atitudes que o programa procura desenvolver nos alunos, bem como de mensuração de seu envolvimento com drogas. No entanto, em razão do desenho amostral do *survey* de alunos, a qualidade desses dados deve ser considerada com reservas, porque a seleção dos grupos não foi aleatória e a diferença inicial nas características individuais dos alunos de cada grupo, entre outros fatores contextuais, não foram controlados. Decidimos, contudo, explorar esses resultados porque apontam para a mesma direção de outros estudos desenvolvidos sobre o DARE (ENNET *et al.*, 1994; CLAYTON, CATTARELLO, JOHNSTONE, 1996; DUKES, ULLMAN, STEIN, 1996), e o Proerd (JOHNSON *et al.*, 2008).

As evidências que encontramos sugerem limitada influência do programa: (i) no desenvolvimento da autoestima e na capacidade de resistir à pressão dos colegas, que são consideradas pelo Proerd como habilidades necessárias para manter o aluno afastado das drogas; (ii) na sua atitude em relação ao álcool e à maconha; e (iii) no seu envolvimento com drogas, mais especificamente a experimentação e o uso. Com base nesses resultados, e se levarmos em conta que o propósito perseguido pelo programa é a prevenção ao uso de drogas, poderíamos inferir que o Proerd não funciona. Sendo assim, quais seriam os interesses da polícia, da escola e da família na manutenção de um programa que não produz os benefícios que propõe?



Nos grupos focais realizados com os beneficiários do Proerd nas três cidades (Curitiba, Belo Horizonte e Natal), não identificamos rejeição ao programa. Os alunos do 9º ano fizeram comentários sobre as atividades e o professor instrutor com simpatia. Contudo, parte do grupo reconhece que o poder de influência do Proerd na prevenção ao uso de drogas é limitado, quer por ser aplicado cedo demais – ou seja, no 5º ano e como única oportunidade, quer por chegar tarde, num contexto em que o aluno já disse “sim” às drogas, quer por outros motivos.

Esse problema apontado pelos alunos pode ser explicado pela forma como o programa é implementado no Brasil. Originalmente, o DARE desenvolveu currículos para serem aplicados em diferentes períodos da vida escolar dos alunos. O Proerd adaptou todo esse material, que na grade curricular brasileira está direcionado para a educação infantil, ensino fundamental (5º e 7º anos) e ensino médio. Todavia, as polícias militares não têm tido capacidade de desenvolver o programa em todas essas fases, dando mais atenção ao 5º ano.

Por outro lado, existem outros fatores que podem minar o esforço do Proerd em manter as crianças e os adolescentes afastados das drogas, em especial quando já convivem com pessoas envolvidas com o consumo e o tráfico de drogas, seja em casa, na escola ou no bairro.

De acordo com levantamento feito por entrevistas e grupo focal, o entorno de uma das escolas do Rio Grande do Norte é uma região com forte presença do tráfico de drogas: todos os participantes reportaram algum tipo de experiência com droga no interior da escola. Mesmo sem uma política claramente definida, a direção da escola tem assumido seu papel no enfrentamento do problema, primeiramente pela via do diálogo com os alunos; porém, existem casos muito graves que fogem ao controle da escola. Portanto, para os alunos, em especial os que moram no entorno, as drogas ilícitas são parte do seu cotidiano,<sup>18</sup> o que torna a prevenção ao uso de drogas um objetivo muito mais difícil de ser alcançado pelo Proerd e revela o quanto é fundamental aos programas de prevenção às drogas entenderem o contexto social para que a criança possa, de fato, dizer não e ter alternativas para não entrar nesse campo.

No que diz respeito à família, os resultados demonstram que somente menos de 10% dos pais ou responsáveis discordam da capacidade do programa em manter as crianças e os adolescentes longe das drogas; e mais de 90% indicam estar satisfeitos com a participação do filho no Proerd. De maneira geral, a família reconhece como dela a maior parcela de responsabilidade ao enfrentamento desse problema em relação ao seu filho; no entanto, está aberta a parcerias.

Nesse contexto, o Proerd atende ao interesse de pais e responsáveis como um apoio no desenvolvimento da criança e do adolescente para evitar o uso de drogas. É provável que parcela desse grupo não assuma inteiramente seu papel e deposite maior expectativa no trabalho da polícia. De qualquer maneira, seria pouco coerente a família rejeitar o programa em razão de evidências da sua baixa influência na prevenção, considerando que a polícia se dispõe a funcionar como parceira, ajudando pais e responsáveis a enfrentar um problema com o qual muitas vezes têm dificuldade de lidar.

Quanto à escola, identificamos que a implementação do Proerd foi considerada desnecessária apenas pela escola privada, de Curitiba, que não conta com o programa. Os gestores dessa escola assumem que seu projeto pedagógico tem sido suficiente para preparar os alunos a valorizar a saúde e a vida e, por consequência, mantê-los afastados das drogas. No entanto, não deslegitimam o propósito do programa, apenas destacam que ele é pontual. Ou seja, um conjunto de aulas ministradas em um período da vida escolar, enquanto o projeto pedagógico da escola é contínuo. Portanto, dentre as seis escolas visitadas, esta foi a única a dizer que não necessita do apoio do Proerd, ao menos do ponto de vista dos gestores entrevistados.

<sup>18</sup> Os dados do survey dos alunos corroboram essa análise, pois indicam que a cada 12 alunos do Rio Grande do Norte, aproximadamente 1 convive todos os dias em casa com alguém que usa maconha.

Por outro lado, na escola privada de Curitiba que tem o Proerd os gestores justificam a necessidade de manutenção do programa em função dos pais. Sem negligenciar a contribuição à prevenção, para eles o programa serviria para que os pais se dessem conta de que os filhos entraram em fase vulnerável da vida, que a família precisa exercer seu papel e não delegar essa responsabilidade para a escola. Nesse caso o Proerd funcionaria como um apoio para a escola, provocando a participação dos pais nas questões relacionadas à droga. E é nessa perspectiva, principalmente, que o Proerd atende ao interesse da escola.

Já o panorama das escolas da rede pública é muito diferente. Não identificamos em nenhuma das escolas de Belo Horizonte e Natal a existência de um projeto pedagógico que extrapolasse os limites da sala de aula, tampouco uma política ou estratégia clara de enfrentamento do problema formulada pela área da educação do governo estadual ou local. Essa lacuna aumenta a responsabilidade dos gestores da escola, que nem sempre estão preparados para desempenhar esse papel relevante. Dentre as escolas da rede pública visitadas pudemos perceber que o desempenho do gestor que assume o enfrentamento do problema pode não diminuir ou controlar a presença de drogas no ambiente escolar, por exemplo, mas o fato de responder ao problema com interesse genuíno tende a aumentar a confiança dos alunos na escola.

Quanto aos professores, esse é o grupo que tem maior contato com os alunos. A tendência é que respondam de forma mais eficiente aos problemas relacionados às drogas, com os quais se deparam no cotidiano escolar, quando os gestores estabelecem parâmetros claros que orientem sua tomada de decisão. Nas unidades em que esses parâmetros estão ausentes, os professores tendem a esperar que o policial professor preencha esse vazio. Nesse sentido, o Proerd atende não apenas ao interesse dos professores em assumir a condução dos problemas relacionados à droga com os alunos, mas também problemas de outra natureza, relacionados, por exemplo, a lacunas na atuação dos gestores escolares.

Ficou claro no discurso de alguns gestores e professores que a presença do policial professor na escola contribui não apenas para a segurança da comunidade escolar, mas, também, para o equilíbrio das relações. Diante do policial professor os alunos tendem a se comportar de forma mais respeitosa e educada. Sendo assim, a expectativa da escola é a de que o policial professor seja capaz de solucionar problemas que gestores e professores não conseguem resolver. Desse ponto de vista, o interesse da escola, que tem no Proerd a principal referência de prevenção ao uso de drogas, é que o policial professor minimize o trabalho relativo aos problemas comportamentais dos alunos, não só os relativos às drogas.

Quanto à perspectiva organizacional, as polícias militares definem múltiplos objetivos a serem conquistados pelo programa, diferentemente do DARE, cujo foco está centrado no desenvolvimento de habilidades que ajudem os alunos na tomada de decisão para que se mantenham longe das drogas. Atuar com foco único ajuda a convergir os esforços para o mesmo ponto e a chance de atingir a meta tende a aumentar. Ao passo que no trabalho voltado para mais de um objetivo os esforços podem se dispersar no processo e não alcançar os resultados.

De um lado, a definição de propósitos múltiplos pode sinalizar a falta de clareza da organização policial sobre o Proerd. Mas, por outro, ao inserir o controle do crime e da violência de maneira generalizada dentre esses propósitos, a organização policial pode estar tentando legitimar uma atividade não peculiar ao meio policial. Os dados coletados pelas entrevistas e pelos questionários via *internet* com os gestores policiais indicam que a inclusão do programa na estrutura organizacional não segue qualquer padrão. A vinculação do Proerd diverge entre os Estados, e no espaço temporal de vigência do programa é muito provável que esse vínculo tenha sido alterado, inclusive por mais de uma vez. Identificamos diferentes áreas de governança do Proerd, como ensino, direitos humanos, polícia comunitária e policiamento escolar. Essas duas últimas parecem ter maior capacidade

de promover a inclusão do programa entre as políticas de policiamento e, por consequência, de minimizar a rejeição a uma atividade aparentemente estranha ao meio policial.

Entretanto, o que mais chama a atenção nessa multiplicidade de objetivos do Proerd é a intenção de distribuir os benefícios entre os alunos e a própria organização policial. Nos Estados Unidos, os dados sobre o DARE sugerem que a prevalência do programa, mesmo diante de evidências da limitada influência na prevenção ao uso de drogas, está relacionada à decisão da escola em promover a aproximação entre os alunos e a polícia. Mesmo que isso traga resultados positivos para a polícia, a escola norte-americana desempenha esse papel porque entende que os alunos podem ser beneficiados em alguma medida.

No caso brasileiro, no entanto, os documentos que regulam o programa deixam claro que grande parte das polícias militares implementam o Proerd também para melhorar sua imagem. O que não está claro é se esse propósito prevalece sobre o da prevenção ao uso de drogas. A ausência de avaliação de resultados, contudo, não permite qualquer tipo de constatação a esse respeito.

Em que pese o aspecto normativo, é o implementador que coloca em prática as atividades do programa. É no contato com os alunos em sala de aula que a política é implementada. Em seção anterior, discorremos a respeito do policial como burocrata do nível de rua, destacando que o autointeresse pode influenciar suas escolhas (MAYNARD-MOODY; MUSHENO, 2000). Entendemos que isso tende a ocorrer tanto no trabalho na rua como na sala de aula.

No policiamento, o PM direciona seu trabalho para atividades mensuráveis, por isso busca realizar prisões e apreender armas e drogas. Quando consegue medir seu trabalho por esses indicadores de desempenho, recebe reconhecimento pelo seu esforço. Caso contrário, ou seja, quando deixa de realizar prisões e apreender armas e drogas, é como se ele não tivesse trabalhado, pois a quantidade de indicadores que medem o desempenho policial é muito reduzida e não contabiliza a maior parte das tarefas cotidianas. Nesse sentido, é muito provável que o policial de rua procure prender criminosos mais para atender interesse próprio – a saber, obter reconhecimento – do que propriamente para controlar o crime ou aumentar a sensação de segurança pelo público, embora essa possa ser um resultado decorrente.

Na sala de aula não acontece de forma diferente: o policial professor também espera pelo reconhecimento, mas neste caso não existem medidas<sup>19</sup>. A avaliação de desempenho do policial professor e da implementação do Proerd na escola tende a se resumir à mesma coisa. Na maioria das vezes, é o próprio implementador que a constrói. O que fundamenta essa avaliação é, principalmente, a aceitação de sua presença e do programa por parte dos alunos e de outros membros da escola e também da família.

Nos grupos focais um dos pontos que mais chamou a atenção foi a satisfação com que os policiais professores tratavam seu trabalho. Na maior parte das vezes, as narrativas estavam fundadas na crença de que esse trabalho faz diferença para a criança e é por isso que tem tanto valor. Na sala de aula, o policial professor se expressa de maneira diferente do policial na rua. A atividade de policiamento, em especial o modelo tradicional, impele o PM a controlar emoções e a assumir postura fria e distante do público em que atua, pois na maior parte das vezes está em situações de conflito.

Na sala de aula o policial professor está livre de barreiras emocionais e se sente confortável em ser abraçado pelos alunos, brincar e rir de forma descontraída. A própria metodologia do Proerd contribui para criar ambiente lúdico. Em suas narrativas, os policiais professores não têm receio de contar sobre as emoções que a relação com os alunos provoca, tampouco de dizer que choram nas

<sup>19</sup> Não identificamos critérios objetivos fixados para avaliar o desempenho do policial professor. Na maior parte das vezes o programa tende a ser avaliado pelo número de escolas e alunos atendidos.

formaturas. Na verdade, é um ambiente sem censuras em que ele fica à vontade para deixar vir à tona seu lado humano.

Ao tratar dos padrões de policiamento, Bayley (1985) argumenta que a atividade de policiamento não é glamorosa e que esse é um dos motivos que atrai tão pouco o interesse dos estudiosos para o tema. Ao retirar o policial da rua e o transferir para a sala de aula, é como se o Proerd estivesse introduzindo certo glamour à atividade policial.

O policial professor tem consciência de que conquistou um lugar raro na organização policial, onde o público o respeita e o valoriza, onde pode agir com naturalidade e, principalmente, encontrar o prazer no trabalho. É natural que queira se manter nesse lugar e lutar pela manutenção dessas conquistas. O maior problema que enfrenta é a resistência interna, manifestada por policiais de todos os níveis hierárquicos. A resistência tende a ceder quando os filhos dos pais policiais participam do Proerd. Essa é a mesma reação da família, de maneira geral que, mesmo diante da insatisfação com a polícia, aceita e elogia o programa porque ele o ajuda a proteger seu filho de um grave problema: as drogas.

O policial professor investe na formação e busca estar atualizado sobre o tema para responder às constantes indagações feitas pelos alunos bem informados. Mesmo que a capacitação oferecida pela coordenação do programa não atenda a todas as necessidades, ele tende a não reclamar. Igualmente, mesmo que a metodologia e o material didático não ofereçam o suporte de que precisa, ele tende a não criticar. Os policiais professores formam um grupo coeso em torno da ideia de que o Proerd é um modelo exemplar e deve ser mantido e expandido, donde decorre a reação constante de se destacar os pontos positivos do programa. Apenas ressentem-se de determinados comportamentos dos alunos que se desviam da conduta carinhosa e respeitosa que esperam encontrar, assim como da falta de viaturas para locomoção até as escolas, o que demonstra a deficiência da organização policial em apoiar o programa.

Por maior que seja o esforço, é muito pouco provável encontrar policiais que desenvolvam outros tipos de atividade defendendo seu trabalho ou com disposição para investir no preparo profissional, como os policiais professores do Proerd. Por um lado, é louvável que as polícias militares possam ter em seus quadros profissionais com esse nível de satisfação e preparo. Mas, por outro, qual é o retorno que a organização policial tem tido com esse trabalho?

A resposta desejável seria que a PM, por meio do Proerd, estaria ajudando a prevenir o uso de drogas pelos alunos e, por consequência, essa aproximação estaria melhorando a imagem da polícia. Como discurso, essa resposta está presente na agenda da corporação e até mesmo do governo estadual; mas se trata de hipótese, uma vez que não foi testada empiricamente, ou seja, não há provas de que isso esteja ocorrendo de fato. Sobre as evidências do efeito do programa na prevenção ao uso de drogas, já discutimos anteriormente. Vejamos então a contribuição do Proerd para a imagem da polícia.

Em alguns grupos focais, os policiais professores destacaram a aproximação entre a PM e a comunidade escolar, quando tratamos da contribuição do Proerd. Contudo, quando perguntados sobre o propósito do programa ser a melhoria da imagem da polícia, chegaram a negar de forma uníssona, reafirmando com convicção que o objetivo é a prevenção ao uso de drogas.

Os dados coletados pelo questionário na *internet* indicam que, mesmo que em pequena frequência, a imagem da PM foi indicada como objetivo do Proerd, em pergunta aberta, por parcela dos policiais professores. Além disso, como destacado anteriormente, esse propósito também está presente em grande parte dos documentos que regulam o programa nos estados. Portanto, em alguma medida é possível inferir que o Proerd é um meio que tem sido intencionalmente empregado para melhorar a imagem da PM.

As entrevistas e os grupos focais com gestores das escolas, professores e alunos revelam que, de maneira geral, o policial professor é muito bem avaliado, mas que essa referência positiva não é transferida para a organização policial. Todos os informantes classificam como importante a experiência de conhecer um policial dedicado e com bons predicados profissionais e pessoais e de saber que existe esse tipo de profissional na Polícia Militar. No entanto, essa referência funciona como uma parte não representativa do todo. Diante dessa lógica, o Proerd cria boa imagem *apenas* dos policiais professores.

Sendo assim, os resultados do programa tendem a beneficiar os policiais professores, que são os responsáveis pela implementação da política. Dado o Proerd como um locus de realização profissional, sem qualquer parâmetro de comparação na corporação, o policial professor ou o burocrata de nível de rua pode tomar decisões que satisfaçam a seu próprio interesse; como mencionamos inicialmente, ele pode usar a discricionariedade para tornar seu trabalho mais gratificante (MAYNARD-MOODY; MUSHENO, 2000).

É desejável que o policial professor encontre satisfação em seu trabalho; contudo, diante da ausência de evidências do impacto do programa e de critérios objetivos de avaliação do seu trabalho, o risco é o Proerd beneficiar apenas o policial professor, não alcançando nem o propósito de prevenir o uso de drogas, nem o de melhorar a imagem da polícia.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos envolvidos no Proerd – polícia, escola e família – assumem o interesse de ajudar as crianças e os adolescentes a se manterem longe das drogas. No entanto, evidências sugerem que o programa não tem alcançado o objetivo de beneficiar os alunos, prevenindo o uso de drogas. Por um lado, a falta de eficiência do programa pode estar associada à baixa capacidade das polícias militares em implementar os currículos existentes para todas as turmas. Por outro, por mais bem feita que seja a implementação, o Proerd por si só não dá conta de enfrentar sozinho esse problema. Contudo, qualquer que seja o resultado é recomendável que o programa seja avaliado, para que os tomadores de decisão possam escolher o rumo da política.

A análise sugere que o Proerd, como política de prevenção ao uso de drogas, pode não estar beneficiando os alunos no sentido de os manterem longe das drogas, mas tem atendido aos interesses dos atores-chave. A família e a escola reconhecem que têm ampla responsabilidade nesse processo de prevenção ao uso de drogas e entendem que a polícia é um parceiro que apoia esse processo. Portanto, não exigem comprovação de resultados e, de maneira geral, aceitam o programa porque os ajuda a enfrentar um grave problema. Nas situações em que a família e a escola não assumem seu papel, o Proerd representa a principal referência para a criança e o adolescente em assunto de prevenção ao uso de drogas. Trata-se assim, reitera-se, da ocupação de um espaço vazio no que tange à prevenção das drogas.

No que diz respeito à polícia, os múltiplos objetivos definidos na formulação da política no nível estadual e a ausência de critérios mínimos de mensuração dificultam a sua avaliação. Dessa forma, torna-se difícil analisar a eficiência do Proerd, quer seja na prevenção ao uso de drogas, quer na melhoria da imagem da polícia. Disso decorre que não sabemos se os reais beneficiários da política – alunos e polícia – estão realmente recebendo algum benefício. É certo que a família, a escola e os policiais professores, contudo, têm seus interesses atendidos, reitera-se.

Em razão da relevância do tema e dos investimentos públicos que têm sido feitos ao longo dos últimos anos, é recomendável que esses pontos obscuros da política sejam tratados. Sendo assim, entendemos que a construção de um modelo e de um marco lógico do Proerd, em âmbito

nacional, poderá contribuir para o aperfeiçoamento da política.

Apesar de similares, ambas as ferramentas — modelo e marco lógico – diferem em termos de fundamentos metodológicos e objetivos de aplicação. Enquanto a *matriz lógica* é usada para planejamento de projetos, como “[...] instrumento auxiliar de decisão e monitoramento de execução”, o *modelo lógico* serve para “[...] organizar referências para avaliação, com ênfase maior à explicitação da teoria do programa do que propriamente aspectos relacionados ao seu gerenciamento” (CASSIOLATO; GUERESI, 2010, p. 6). No caso do Proerd, propomos a utilização de ambas as técnicas, uma vez que as hipóteses e as ideias que fundamentam a intervenção do programa não são evidentes (o que poderia ser discutido no âmbito de um modelo lógico) e que certos elementos, como os resultados esperados, os indicadores e os meios de verificação para a sua avaliação, também não são definidos pelos estados (o que poderia ser a contribuição de um marco lógico).

Tal processo poderia ser fomentado pela Senasp em diálogo com a Câmara Técnica do Proerd, no âmbito do Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais de Polícia Militar e Bombeiros Militares. No entanto, sugerimos que envolva não apenas os comandantes-gerais e os coordenadores estaduais dos estados, mas também os representantes de professores, diretores e alunos de escolas beneficiadas pelo programa, além de especialistas no tema das drogas e profissionais de outras áreas, tais como saúde, educação e assistência social.

Como resultado desse processo, indicadores mínimos de monitoramento e avaliação do Proerd seriam estabelecidos e permitiriam acompanhamento mais amplo e sistemático dos seus resultados. Esses indicadores poderiam ser constituídos inicialmente de elementos de processo (*outputs*), já contabilizados em alguma medida pelos estados (como o número de municípios, escolas e alunos atendidos e capacitações realizadas, entre outros), mas devem gradativamente incorporar elementos de impacto do programa, ou seja, de resultados (*outcomes*). Nessa proposta, a Senasp poderia igualmente fomentar o processo de acompanhamento desses indicadores, de forma a incorporá-los em módulo do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (Sinesp).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, G. C.; QUIRINO, R. A percepção de estudantes e da comunidade escolar sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. In.: IV SENEPT Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2014, Belo Horizonte, **Anais SENEPT**, 2014. Disponível em < [http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/Anais\\_III\\_SENEPT12/Artigo03.html](http://www.senept.cefetmg.br/site/AnaisSENEPT/Anais_III_SENEPT12/Artigo03.html)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAYLEY, D. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Trad. de René Alexandre Belmonte. São Paulo: Edusp (Série Polícia e Sociedade,1). (1985) [2001].

BIRKELAND S.; MURPHY-GRAHAM E.; WEISS C. Good reasons for ignoring good evaluation: The case of the drug abuse resistance education (D.A.R.E.) program. **Evaluation and Program Planning**, 2005, nº 28, p. 247–256.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. Como Elaborar Modelo Lógico: roteiro para formular programas e organizar avaliação. **Nota Técnica, nº 6**. IPEA. 2010.

CLAYTON R. R.; CATTARELLO A. M.; BRYAN M.; JOHNSTONE B. M. The Effectiveness of Drug Abuse Resistance Education (Project DARE): 5-Year Follow-Up Results, **Preventive Medicine**, 1996, nº 25, p. 307–318.

CNCG, Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. **Carta de Fortaleza**: Considera o Programa Educacional de Resistência às Drogas o seu projeto de prevenção ao uso e tráfico de drogas no Brasil. Fortaleza, 2001.

COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICA SOBRE DROGAS. **Guerra às Drogas**. Relatório, Junho, 2011.

DARE - Drug Abuse Resistance Education. Em <<http://www.dare.org>>. Acesso em 12 set. 2014.

DUKES R. L., ULLMAN J. B., STEIN J. A. Three-Year Follow-Up of Drug Abuse Resistance Education (DARE). **Evaluation Review**, 1996, V. 20, nº 1, p. 49-66.

ENNET S. T., TOBLER N. S., RINGWALT C. L., FLEWELLING R. L. How Effective Is Drug Abuse Resistance Education? A Meta-Analysis of Project DARE Outcome Evaluations. **American Journal of Public Health**, 1994, V. 84, nº 9.

ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar do Espírito Santo. **Portaria nº 346-R de 16 de abril de 2004**.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 8, 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/>. Acesso em 08 dez. 2014.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública e CPJA – Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas. **Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública**. Relatório de pesquisa. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/ApresentacaoFinal.pdf>. Acesso em 08 dez. 2014.

HILL, H. C. Understanding implementation: street-level bureaucrats' resources for reform. **Journal of Public Administration Research and Theory**, vol. 13, nº 3, 2003, p. 265-282.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuário Estatístico do Brasil**. Anu. estat. Brasil, Rio de Janeiro, v.72, 2012.

JOHNSON, K. W. et al. **Avaliação DARE (PROERD)**: um acompanhamento de quatro anos em São Paulo, Brasil. São Paulo: CEBRID: INL, 2008, 12 p. Sumário Executivo.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public services. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A. P. **Implementação de políticas públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012, p. 20-81.

MASSARDI, W. O.; SILVA, E. T. Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência: o caso das escolas públicas de Ubá. **Gestão Contemporânea**, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 149-164, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MATO GROSSO. Decreto nº 5.651 de 10 de dezembro de 2002. Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, no âmbito da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, MT, 10 dez. 2002.

MAYNARD-MOODY, S.; MUSHENO, M. State agent or citizen agent: two narratives of discretion. **Journal of Public Administration Research and Theory**, vol. 10, nº 2, 2000, p. 329-358.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Manual do Instrutor do 7º Ano**: Caíndo na REAL. 2ª Ed. Belo Horizonte: PMMG, 2013.

MINAS GERAIS. Polícia Militar de Minas Gerais. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010 – CG**. Regula a aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais. – Belo Horizonte: Seção de Planejamento do Emprego Operacional – EMPM/3, 2010.

NOGUEIRA, A. N. **O Currículo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD da Polícia Militar do Estado de São Paulo**: exercício de cidadania. 2010, 248f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, F. C. et al. **Avaliando o PROERD**: desafios e possibilidades. [2007?]. Disponível em <<http://central3.to.gov.br/arquivo/163633/>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

PARAÍBA. Polícia Militar de Paraíba. **Resolução nº 0002/GCG/2001**. Adota o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), estabelece normas para o seu funcionamento e determina outras providências. João Pessoa, PB, 27 ago. 2003.

PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. **Diretriz nº 006/ 2000**. Curitiba, PR, 10 out. 2000.

PERNAMBUCO. **Decreto nº 29.188 de 10 de maio de 2006**. Institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Recife, PE, 10 mai. 2006.





